



ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

01 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTIGRANJEIROS E OUTROS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA CLIENTELA ESTUDANTIL NO ANO LETIVO DE 2025 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

a- especificação do produto/serviço

Conforme Anexo I do Edital.

b- locais de entrega e regras para recebimentos

b.1 - O fornecimento dos gêneros hortifrutigranjeiros referentes à alimentação escolar deverá ser feito, mediante autorizações de fornecimentos a serem expedidas; em data determinada e no prazo de cinco dias úteis a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento;

b.2 - As entregas serão efetuadas todas segundas e terças-feiras nos horários compreendidos das 07h às 10h30min e das 13h às 14h30min;

b.3 - Devendo a empresa vencedora do item e responsável pela distribuição ponto a ponto apresentar-se no Almoxarifado da Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar – DPDME, sito a Av. José Agostinho Rossi, nº 2.354 – Bairro Jardim Planalto – Birigui, antes do começo da distribuição para que sejam verificadas pelos técnicos da DPDME, a qualidade e condições de transporte dos produtos requisitados;

b.4 – após a avaliação da DPDME a entrega dos alimentos ocorrerá **ponto a ponto e as quantidades a serem entregues deverão ser fracionadas, embaladas em sacos plásticos cristais transparentes densidade de 6, medidas de 40x60cm à 60x80cm ou em sacos rede, e etiquetadas para o destino de entrega conforme programação.**

b.5 - Os legumes, a cebola e a batata deverão ser entregues em embalagens padronizadas de 5 kg tipo “redinha”.

b.6 - As verduras e frutas deverão ser entregues em caixas plásticas, sendo estas caixas higienizadas (não será permitida entrega de itens em caixas de madeira).

b.7 - A empresa deverá emitir uma nota fiscal em 3 (três) vias de acordo com os itens e quantidades comprovadamente entregues à DPDME.

b.8 - O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos alimentos;

b.9 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

c- especificação da garantia exigida

c.1 - Para os itens/produto: *alho descascado, abóbora cabotchan processada e mandioca processada* a durabilidade/validade, mínima, de 90 (noventa) dias contados da data de fabricação; sendo que a data de fabricação não deverá exceder a 5 (cinco) dias da data de entrega estabelecida pela Secretaria de Educação por meio da Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar – DPDME de Birigui;

c.2 - Ficam dispensadas das exigências do item anterior as categorias de alimentos e embalagens isentos de registro sanitário e as categorias de alimentos e embalagens com obrigatoriedade de registro sanitário, incluídos na RESOLUÇÃO - RDC Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2020, ficando obrigatório o cumprimento de todo regulamento da resolução em epígrafe.

c.3 - Caso sejam identificados alimentos que não cumpram a garantia especificada dos itens anteriores o fornecedor deverá providenciar a substituição dos alimentos em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento da notificação.

d - Realização de testes e apresentação de documentação técnica

d.1 - As licitantes proponentes vencedoras dos itens ofertados deverão apresentar a “ficha técnica” e *1 (uma) amostra* dos itens: *alho descascado, abóbora cabotchan processada e mandioca processada*, para testes e análises, no prazo de **até 2 (dois) dias úteis** da data do encerramento do certame.

d.2 - A licitante deverá apresentar, caso seja vencedora do certame, os seguintes documentos relacionados nos subitens d.2.1; d.2.2; d.2.3 e d.2.4, **no prazo de 02 (dois) dias úteis** a contar do encerramento da Sessão Pública em questão, sob pena de decair seu direito de vencedor e aplicação da sanção prevista na lei de licitações vigente, (ressalvada a possibilidade de apresentação dos documentos acima mencionados no dia do certame, caso a licitante já o possua). Os documentos **e as amostras dos itens: alho descascado, abóbora cabotchan processada e mandioca processada** deverão ser entregues na Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar – DPDME, sita a Avenida José Agostinho Rossi nº 2.354 – Jardim Planalto – Birigui/SP, no horário das 7h e 30min às 10h e 30 min, onde será emitido um protocolo de entrega. A avaliação das amostras ocorrerá em 01 (um) dia útil após o encerramento do prazo para recebimento das amostras, pela Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 57/2022, os Membros do CAE e servidores da rede escolar Municipal e Estadual e, após análise será enviado a Seção de Licitação uma cópia para instrução dos autos do processo. O processo somente será Homologado e emitido as Atas de Registro de Preços após a análise dos documentos supracitados.

d.2.1 - Os veículos para transporte de gêneros alimentícios deverão estar previamente credenciados, devendo apresentar, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, *cópia autenticada do ‘Certificado de Vistoria’ expedido pela Vigilância Sanitária (Federal, Estadual ou Municipal)*, onde demonstre que o veículo está apto para efetuar o transporte de gêneros alimentícios, conforme CVS 05/13 de 09/04/2013 e PORTARIA Nº. CVS 15 de 7 de novembro 1991.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

d.2.2 - Em sendo vencedora (Detentora da ata de registro de preços) deverão apresentar *cópia autenticada do alvará de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária (Federal, Estadual ou Municipal)*, sendo que, os certificados deverão estar em vigor.

d.2.3 - em sendo vencedora dos itens ofertados (Detentora da ata de registro de preços) deverá apresentar *declaração de garantia da validade e da qualidade higiênico sanitária e bromatológica dos produtos a serem fornecidos durante a vigência da ata de registro de preços*; considerando ainda que, havendo dúvida quanto a qualidade higiênico sanitária e bromatológica dos itens entregues, a Prefeitura através do DPDME, poderá extrair amostras dos itens em questão e encaminhá-las para análises por laboratório oficial. Em sendo constatada alguma irregularidade com o produto será, automaticamente, cancelada a ata de registro de preços e aplicadas às sanções cabíveis, e, ficando a cargo da Detentora todos os custos das análises, que deverá ser ressarcido aos cofres do município de Birigui no prazo máximo de 02 dias a contar da notificação.

d.2.4 - Juntamente a entrega das amostras deverão apresentar o '*certificado de registro do produto no Ministério da Saúde*', '*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*', ou *órgão competente*, e a *publicação no Diário Oficial da União*; sendo que os certificados deverão estar em vigor.

d.2.4.1 - Ficam dispensadas das exigências do item anterior as categorias de alimentos e embalagens isentos de registro sanitário e as categorias de alimentos e embalagens com obrigatoriedade de registro sanitário, incluídos na RESOLUÇÃO - RDC Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2020, ficando obrigatório o cumprimento de todo regulamento da resolução em epígrafe.

02 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Constituição Federal de 1988, arts. 6º, 205, 208 e 211 e inciso VI do art. 30.

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997.

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Lei nº 11.524 de 24 de setembro de 2007.

Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014.

Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.

Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007.

Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.

Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012.

Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.010, de 08 de maio de 2006.

Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016.

Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.055, de 25 de abril de 2017.

Resolução CD/FNDE nº 31, de 1º de julho de 2011.

Resolução CD/FNDE nº 02, de 18 de janeiro de 2012.

Resolução CD/FNDE nº 43, de 04 de setembro de 2012.

Resolução CD/FNDE nº 24, de 14 de junho de 2013.

Resolução CD/FNDE nº 22, de 13 de outubro de 2014.

Resolução Conselho Federal de Nutricionistas nº 465, 23 de agosto de 2010.

Instrução Normativa Tribunal de Contas da União nº 71, de 28 de novembro de 2012.

CONSIDERANDO as necessidades de constante aperfeiçoamento das ações de gestão do Programa e de consolidação de normativos dispersos em diferentes atos oficiais, com vistas a atender ao disposto na Constituição Federal nos artigos 6º, 205, 208 e artigo 211;

CONSIDERANDO que a segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, publicada em 2014 pelo Ministério da Saúde – MS, que preconiza a alimentação adequada e saudável baseada no consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, devendo ser limitado o consumo de alimentos processados e evitado o consumo de alimentos ultraprocessados, bem como o Guia Alimentar para crianças menores de dois anos, do MS, que orienta sobre a alimentação nos dois primeiros anos de vida, visando à promoção da saúde, do crescimento e do desenvolvimento de acordo com o potencial de cada criança;

CONSIDERANDO o Modelo de Perfil Nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), instrumento para classificação de alimentos e bebidas, publicado em 2016, que permite identificar aqueles que contenham uma quantidade excessiva de açúcares livres, sal, gorduras totais, gorduras saturadas e ácidos graxos trans e auxilia a regulamentação de políticas públicas relacionadas com a prevenção e o controle da obesidade e sobrepeso, inclusive programas de alimentação escolar, visando criar ambientes favoráveis à alimentação adequada e saudável;

CONSIDERANDO o papel a ser desempenhado por ações educativas que perpassem pelo currículo escolar abordando o tema alimentação e nutrição no processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva da promoção de práticas saudáveis de vida e da segurança alimentar e nutricional, em atendimento à inclusão da educação alimentar e nutricional como tema transversal do currículo escolar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pela Lei nº 13.666/ 2018, e em consonância com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (MDS, 2012),



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

03 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De todo o estudo realizado e considerando todas as possibilidades de caráter técnico e econômico, concluímos que a melhor solução é a contratação de serviços de fornecimento de gêneros alimentícios por meio de registro de preços para o atendimento do fornecimento de alimentação escolar a clientela estudantil da rede municipal e estadual de ensino.

04 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fornecedores que atendam as especificações do item 1.

05 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Detalhamento da execução especificada no item 1.

06 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A fiscalização e execução do contrato será realizada por meio de amostragem e conferência da nota fiscal e confrontação com a autorização de fornecimento e verificação do gênero com a descrição na autorização de fornecimento, e com o manual de boas práticas de recebimento – MBP (docj.).

A equipe gestora do contrato será composta pelas servidoras nomeadas pela Portaria nº 57 de 26/09/2022: Ana Beatriz Barbosa Santos Cerqueira – Nutricionista, Rafaela Moimas Grosso Berce – Nutricionista, Vilma de Melo - Técnica em Nutrição

A fiscalização do contrato será realizada pela servidora Camila Colombo Andreaze – Chefe da Divisão da Merenda Escolar.

07 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Forma de Pagamento: 15 dias após a entrega dos gêneros alimentícios solicitados, mediante fornecimento de nota fiscal de acordo com a autorização de fornecimento e tramitação da nota fiscal pelos setores competentes da administração municipal.

08 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Menor preço;

Respeitados todos os preceitos exarados pelas determinações dos Tribunais de Contas, bem como os princípios contidos na vasta legislação que ampara os processos licitatórios, a fim de que prevaleça a lúdima justiça entre os concorrentes e um resultado satisfatório na relação custo-benefício de tais itens, os critérios adotados para aprovação ou reprovação dos itens apreciados no citado pregão obedecem fielmente à



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

determinação federal específica para aquisição de produtos com a finalidade de confecção de alimentação escolar, quais sejam os testes determinados pela RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 08, DE 06 DE MAIO DE 2020 – Item VII – Art. 25, §4º e §5º-a,b,c,d - §6º - Anexo VII; análises sensoriais; testes técnicos culinários onde são verificados porcentagem de gorduras separados em cocção, tempo de cocção, operacionalidade de produção, rendimento (índice de cocção dos alimentos), fator de correção, comparação entre resultado e ficha técnica, comparação da descrição do produto (anexo I) com a ficha técnica, situação da inscrição no SIF, SISP e ou SISBI-POA e padrões de cortes.

09 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Por meio de pesquisa, cotação com fornecedores e através do portal nacional de contratações públicas dos objetos licitados para estimativa de preço, o valor total estimado constante no Anexo I do Edital

APÊNDICE A: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

APÊNDICE B: JUSTIFICATIVA (PREGÃO PRESENCIAL)



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

APÊNDICE A:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(elaborado com base no artigo 6º, inciso xx, combinado com o § 1º e 2º, da lei 14.133/21)

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA PRIMEIRA ETAPA DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTIGRANJEIROS E OUTROS SÃO NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO DA CLIENTELA ESTUDANTIL NO ANO LETIVO DE 2025 POR 12 MESES E ASSIM ATENDENDO AO PRECONIZADO NA RESOLUÇÃO Nº 06 DE 08 DE MAIO DE 2.020 – FNDE/PNAE, BASE DO ANEXOS I E VII QUE DEVERÁ CONSTAR EM EDITAL E NO FUTURO CONTRATO DA LICITANTE VENCEDORA, AS COTAÇÕES REALIZADAS JUNTO AO MERCADO FORNECEDOR, A REQUISIÇÃO RC 02/2025 E A PORTARIA 57, 2022, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

1- JUSTIFICATIVA: aquisição dos gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros e outros são necessários para o atendimento da clientela estudantil no ano letivo de 2025 por 12 meses e assim atendendo ao preconizado na Resolução nº 06 de 08 de maio de 2.020 – FNDE/PNAE.

2- PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL: O objeto da contratação está dentro do planejamento anual e inserido no Plano de Contratações Anual de 2025.

3- REQUISITOS ESPECIAIS DE CONTRATAÇÃO: As licitantes proponentes vencedoras dos itens ofertados deverão apresentar a ficha técnica e 1 (uma) amostra dos itens: alho descascado, abóbora cabotchan processada e mandioca processada, para testes e análises, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da data do encerramento do certame.

3.1 - Somente serão aceitas propostas dos itens: **alho descascado abóbora cabotchan processada e mandioca processada** que apresentem as respectivas Fichas Técnicas e que tenham durabilidade/validade, mínima, de 90 (noventa) dias contados da data de fabricação; e que a data de fabricação não exceda a 5 (cinco) dias da data de entrega estabelecida pela Secretaria de Educação por meio da Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar – DPDME de Birigui.

3.2 - A licitante deverá apresentar os documentos relacionados nos subitens 3.2.1; 3.2.2; 3.2.3 e 3.2.4, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do encerramento da Sessão Pública em questão, sob pena de decair seu direito de vencedor e aplicação da sanção prevista na lei de licitações vigente, (ressalvada a possibilidade de apresentação dos documentos acima mencionados no dia do certame, caso a licitante já o possua). Os documentos e as amostras dos itens: **alho descascado, abóbora cabotchan processada e mandioca processada** deverão ser entregues na Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar – DPDME, sita a Avenida José Agostinho Rossi nº 2.354 – Jardim Planalto – Birigui/SP, no horário das 7h e 30min às 10h e 30 min, onde será emitido um protocolo de entrega. A avaliação das amostras e documentos ocorrerá em 01 (um) dia útil após o encerramento do prazo para recebimento das amostras, onde a Comissão Especial



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

nomeada pela Portaria nº 57/2022, os Membros do CAE e servidores da rede escolar Municipal e Estadual analisarão e, após análise será enviado a Seção de Licitação uma cópia para instrução dos autos do processo. O processo somente será Homologado e emitido as Atas de Registro de Preços após a análise dos documentos supracitados.

3.2.1 Os veículos para transporte de gêneros alimentícios deverão estar previamente credenciados, devendo apresentar, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, cópia autenticada do 'Certificado de Vistoria' expedido pela Vigilância Sanitária (Federal, Estadual ou Municipal), onde demonstre que o veículo está apto para efetuar o transporte de gêneros alimentícios, conforme CVS 05/13 de 09/04/2013 e PORTARIA Nº. CVS 15 de 7 de novembro 1991.

3.2.2 em sendo vencedora (Detentora da ata de registro de preços) deverão apresentar cópia autenticada do alvará de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária (Federal, Estadual ou Municipal), sendo que, os certificados deverão estar em vigor.

3.2.3 em sendo vencedora dos itens ofertados (Detentora da ata de registro de preços) deverá apresentar declaração de garantia da validade e da qualidade higiênico sanitária e bromatológica dos produtos a serem fornecidos durante a vigência da ata de registro de preços; considerando ainda que, havendo dúvida quanto a qualidade higiênico sanitária e bromatológica dos itens entregues, a Prefeitura através do DPDME, poderá extrair amostras dos itens em questão e encaminhá-las para análises por laboratório oficial. Em sendo constatada alguma irregularidade com o produto será, automaticamente, cancelada a ata de registro de preços e aplicadas às sanções cabíveis, e, ficando a cargo da Detentora todos os custos das análises, que deverá ser ressarcido aos cofres do município de Birigui no prazo máximo de 02 dias a contar da notificação.

3.2.4 Juntamente a entrega das amostras deverão apresentar o 'certificado de registro do produto no Ministério da Saúde', 'Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento', ou órgão competente, e a publicação no Diário Oficial da União; sendo que os certificados deverão estar em vigor;

3.2.4.1 Ficam dispensadas das exigências do item anterior as categorias de alimentos e embalagens isentos de registro sanitário e as categorias de alimentos e embalagens com obrigatoriedade de registro sanitário, incluídos na RESOLUÇÃO - RDC Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2020, ficando obrigatório o cumprimento de todo regulamento da resolução em epígrafe.

3.3 em sendo vencedora (detentora da ata de registro de preço) para o fornecimento dos gêneros alimentícios deverá fornecer os produtos em embalagens especificado no ANEXO I, considerando, ainda as demais exigências e especificações do presente Edital.

3.4 em sendo vencedora (detentora da ata de registro de preço) para o fornecimento dos gêneros alimentícios deverá atender as exigências contidas no Manual de Boas Práticas Operacionais da Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar - DPDME conforme Decreto Municipal nº 3.794, de 2 de dezembro de 2004.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

4- QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONSIDERAÇÃO DA ECONOMIA DE ESCALA: As quantidades solicitadas baseiam-se no número de alunos matriculados em 2025 na rede escolar atendida pela DPDME. Justifica-se que devido ao aumento de matrículas em 14% em relação ao ano de 2024 foram procedidas as adequações nas quantidades a serem adquiridas no presente ano. Encaminha-se em anexo uma cópia das planilhas contendo os dados que fundamentam a estimativa de aquisição de hortifrutis para 2025.

5- JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA: Dos levantamentos feitos em nível de estudos não identificamos alternativas técnicas à solução escolhida, em razão das memórias de quantidades utilizadas nos processos licitatórios já realizados o registro de preços é mais viável devido não ter uma obrigatoriedade na aquisição total e mesmo que se faça os testes de aceitabilidade a clientela estudantil por muitas vezes acaba reduzindo o consumo de certos produtos não onerando o erário.

6- ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO: Em levantamento preliminar por meio de consultas realizadas no (descrever a origem das consultas), verificamos que o valor total estimado é o constante do Anexo I do Edital.

7- MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIAS OFERECIDAS: Considerando que são itens perecíveis os produtos devem ser de primeira qualidade e isentos de sujidades e insetos. Quanto aos itens: alho descascado, abóbora cabotchan processada e mandioca processada a empresa contratada deverá fornecer a garantia de durabilidade/validade, mínima, de 90 (noventa) dias contados da data de fabricação; e que a data de fabricação não exceda a 5 (cinco) dias da data de entrega estabelecida pela Secretaria de Educação por meio da Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar – DPDME de Birigui.

Caso seja identificado o fornecimento em desacordo com a legislação sanitária vigente ou divergências nas quantidades a serem fornecidas a empresa licitante ganhadora será notificada e terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para providenciar a substituição dos alimentos a partir do recebimento da referida notificação.

8- PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO ou NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO: Há necessidade da divisibilidade dos alimentos a serem fornecidos devido à diversidade de: prazo de validade dos gêneros alimentícios, do público a ser atendido e dos alimentos a serem fornecidos.

9- RESULTADOS PRETENDIDOS: A aquisição destes alimentos tem como objetivo compor a alimentação que será fornecida aos alunos da rede escolar de Birigui.

10- PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES PELA ADMINISTRAÇÃO: Não se aplica, uma vez, que já existe uma estrutura de logística de armazenagem pronta.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

11- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES: Não detectamos necessidade de contratações correlatas ou interdependentes.

12- DEMONSTRAÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E POSSÍVEIS MEDIDAS MITIGADORAS: Inexiste impacto ambiental considerando que trata-se da contratação de empresa fornecedora de gêneros alimentícios.

13- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM VISTA A SOLUÇÃO A QUE SE DESTINA: De todo o estudo realizado e considerando todas as possibilidades de caráter técnico e econômico, concluímos que a melhor solução é a contratação de serviços de fornecimento de gêneros alimentícios por meio de registro de preços para o atendimento do fornecimento de alimentação escolar a clientela estudantil da rede municipal e estadual de ensino.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

APÊNDICE B: JUSTIFICATIVA PREGÃO PRESENCIAL

Birigui, 20 de janeiro de 2025.

Ofício nº. 13/2025/DPDME

Assunto: Manutenção da modalidade Pregão Presencial e justificativa da não manutenção do Pregão Eletrônico.

DIRETORIA DE GESTÃO, MATERIAIS E PATRIMÔNIO.

MARCO AURÉLIO FARINA LOPES

DIRETOR GESTÃO, MATERIAIS E PATRIMÔNIO

Considerando o previsto nas normas legislativas vigentes para elaboração dos processos licitatórios, vimos por meio deste justificar a solicitação da reversão da modalidade pregão eletrônico para Pregão Presencial para o certame que objetiva a aquisição de gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros e outros destinados a Diretoria de Produção Distribuição de Merenda Escolar – DPDME. Justificamos que por se tratar de gêneros alimentícios perecíveis e estocáveis e a modalidade pregão eletrônico ser de abrangências continentais vem nos a dúvida quanto a qualidade higiênico sanitária, quanto a morosidade da apresentação de amostras para teste dos itens (produtos) vencedores. Outro problema existente é a questão de idoneidade do licitante, tal fato ocorre por motivo da inversão das fases da licitação, visto anteriormente também, que é examinada apenas a documentação da proposta de menor valor. Muitas vezes a administração se alucina e deixa levar pelo valor ofertado, achando que está por fazer a melhor coisa para a Administração Pública, ignorando algumas não conformidades e salvando a proposta o final, se torna um desastre para a parte Pública, fazendo necessária abertura de Sindicâncias e Processo Administrativos para apurar alterações ou fatos inconvenientes ocorridos trazendo morosidade no andamento do processo. Outra desvantagem que ocorre somente com o Pregão Eletrônico, também pelo fato do mesmo poder ser disputado em qualquer lugar, e com frequência provoca a abertura de diversos Processos Administrativos, é a não entrega e o não cumprimento do edital por parte da licitante. Esse muitas vezes com o objetivo de conseguir ofertar o preço mais baixo, acaba por esquecer os fatores que influenciam, como, por exemplo, o frete, e acabam se tornando prejuízo para a mesma que muitas vezes “pagam” para entregar o bem licitado



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

a Administração, e sem estudo da situação opta por simplesmente não cumprir sua parte do contrato. Ademais, podemos destacar, ainda, problemas de logística que poderão acarretar atrasos na entrega dos produtos ou serviços e, até mesmo, em desabastecimento para a administração, pois por envolver empresas de todo o território nacional é possível, por exemplo, a demora na entrega dos produtos daquelas que apresentaram menores preços no decorrer da execução do contrato. Trata-se de prejuízos de cunho administrativo e operacional para a administração, vez que poderá haver uma lacuna temporal para que os materiais ou serviços solicitados sejam entregues ou disponibilizados ao gestor, apesar de a previsão para entrega estar estipulada no contrato.

Considerando todo o processo em questão (Pregão Eletrônico) que se arrastou por 8 (oito) meses para a aquisição de gêneros alimentícios (Pregão Eletrônico {PE} nº 07/2022) devido ao atendimento a Resolução nº 06 de 08 de maio de 2020 e também a toda tramitação dos prazos para publicação e contra-arrazoar que é direito do licitante quando desclassificado em algum item, porém, não é usual nesta municipalidade a habilitação de todos os participantes do PE dificultando assim a continuidade do pleito, pois não estando já habilitado retorna-se ao início de aceite por parte do próximo colocado o aceite e abertura e análise de toda documentação o que gera uma certa demora e novo prazo para entrega de amostras, entendemos que estando todos habilitados aja mais agilidade como acontece na maioria das vezes que utilizam da habilitação documental de todos os participantes como ocorreu no Pregão Presencial para aquisição de gêneros grãos, farináceos e outros que da recepção do processo inicial da Secretaria requisitante em 02/05/2022, sendo suspenso devido a abertura de fase recursal havendo uma certa demora e sendo a homologação e emissão das atas em 12/07/2022 e ainda não foram emitidas as Atas dos próximos colocados que aceitaram e concordaram em atender a venda dos itens para as empresas CCF e Frutti Mais. Entendemos que a modalidade PE há uma maior abrangência, mas ocorre que licitantes vencedores de alguns itens como pão de queijo e macarrão parafuso de trigo grão duro são outros estados (Paraná e Santa Catarina) muitas vezes não temos uma previsibilidade de quantitativos a serem utilizados e prever no caso de gêneros o shelf life (características sensoriais (aroma, textura, sabor, aparência), características físicas e microbiológicas) de armazenamento e o mesmo ocorre para produtos de limpeza, higiene e outros que mesmo tendo data de validade podem chegar com prazos curtos mesmo sendo definido em edital que a data de fabricação não pode exceder a 45 dias, mesmo sendo devolvido haverá um prejuízo temporal. Cumpre-nos aproveitar o momen-



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

to para utilizarmos a ocorrência com a empresa RB LIMP EPP do estado do Acre, município Rio Branco, participante do PE 197/2022 e detentor da Ata Registro de Preços nº 129/2023 que se sagrou vencedora do PE em epígrafe não atendeu em conformidade as solicitações desta prefeitura da entrega de sabão em barras, que não é um gênero perecível não preencheu a expectativa da aquisição que foi frustrada, comparando aos gêneros alimentícios perecíveis, shelf life curtos e também contar a distância aproximada entre as cidades em questão ser de aproximado 3.040 quilômetros, vale-nos imaginar como será a logística para o atendimento de um processo licitatório de gêneros alimentícios? A intenção de solicitar que o processo licitatório seja presencial não é para cercear a participação de licitantes, mas para que haja empresas mais próximas, ou melhor, que sejam do próprio município sendo uma forma de fomentar o comércio vendedor a participar das licitações.

Considerando o disposto em seu artigo 17, parágrafos 2º e 5º, os pregões regidos pela Lei 14.133/21, deverão ser realizados preferencialmente na modalidade eletrônica admitindo-se sua realização presencial, desde que motivada, sendo, nessas condições, devida a gravação da sessão de julgamento por meio de áudio e vídeo. Neste caso, opta-se pela utilização da modalidade presencial, faz-se as seguintes ponderações: 1) O pregão presencial permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasam os processos na modalidade eletrônica aumentando seus custos. 2) Há diversas vantagens da forma presencial do pregão sobre a eletrônica, dentre as quais: a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação dos preços, verificação das condições de habilitação e execução da proposta. 3) A complexidade da licitação, peculiaridades e objeto que tratam de gêneros alimentícios gelados, refrigerados e congelados precisam de uma cadeia de frio continua sem interrupção no transporte e, muitas vezes há interrupção com a intenção de redução de custos no transporte comprometendo as características sensoriais dos gêneros alimentícios, sendo a empresa vencedora for de uma região muito distante. 4) Relevância da contratação e exigências de segurança da informação, valor de corretagem cobrado pela BLL (Bolsa de Licitações e Leilões) que impede a participação de pequenas empresas freando assim o fomento do comércio regional e inviabilizam o uso da forma eletrônica. 5) O histórico de irregularidades no pregão eletrônico sugere uma alta incidência de licitantes que não preenchem as condições de habilitação ou não sustentam suas propostas. 6) A opção pela modalidade presencial do pregão não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes. Ainda, a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão do pregão presencial, promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar o procedimento licitatório, verificação imediata das condições de habilitação e execução da proposta, manifestações recursais, proporcionando maior celeridade aos procedimentos, visto em regra, ocorrerem na própria sessão pública, sem prejuízo da competição de preços, também justificam a decisão da adoção do Pregão Presencial. Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adéqua a contratação objeto do presente certame, pois a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir sobre as modalidades licitatórias de acordo com sua necessidade e conveniência desde que motivadas, como está disposto nos autos. Por fim, com a devida justificativa sobre o ponto de vista da celeridade, entretanto, sem prejudicar a escolha da melhor proposta, eis que presente a fase de lances verbais, o Pregão Presencial se configura como meio fundamental para contratação de serviços e aquisição de bens comuns pela Administração Pública de forma mais célere e vantajosa em detrimento às outras estabelecidas pela Lei 14.133/21. Na esteira do exposto, dever-se-á mencionar que o princípio da eficiência da Administração Pública tem no Pregão Presencial também a sua manifesta contribuição.

Considerando a Secretaria Municipal de Educação é o órgão da Prefeitura que tem por incumbência, implantar e manter os serviços de instrução e educação, assegurar a prestação de alimentação escolar.

Considerando que é objetivo do Programa de Alimentação Escolar prover a complementação de alimentação diária dos alunos;

Considerando que a escola, além de sua função socializadora e transmissora de conhecimentos, assume também o papel de provedora de necessidades básicas. Uma alimentação adequada, no período pré-escolar e ensino fundamental, é primordial para o crescimento e desenvolvimento da criança, ao mesmo tempo em que constitui num dos fatores de prevenção de algumas doenças da vida adulta;

Considerando o Artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Considerando que caberá aos órgãos públicos oferecer uma alimentação nutricionalmente adequada e na forma de refeição coletiva, em horário propício, para assegurar uma melhor disposição infantil aos desafios da aprendizagem.

Diante ao exposto reiteramos a abertura deste pregão na modalidade Presencial.

Atenciosamente,

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DPDME

Fábio Mariano da Paz
Secretário de Educação